



SESSÃO TEMÁTICA Nº 17 - ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA

O MARACANÃ É NOSSO? A RELAÇÃO ENTRE O PAPEL SOCIAL DO FUTEBOL E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DE ESTÁDIO ADOTADOS NO CASO DO CONSÓRCIO MARACANÃ S/A.

Ana Clara Magella da Silva Tayão/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo:

O Estádio Jornalista Mário Filho, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, completou 70 anos em 2020. Idealizado e construído para ser o maior estádio do mundo, ele vem passando por grandes reformas ao longo de sua vida para receber grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, e tendendo à uma triste diminuição de sua capacidade e uma clara mudança de perfil dos torcedores frequentadores, com a perda de espaços populares, isso devido, principalmente, ao processo de elitização que vem sofrendo através da adoção de um novo modelo de “arena” imposto pela lógica econômica neoliberal presente nas grandes cidades urbanas. Para discutirmos isso, inicialmente foi preciso salientar a importância do futebol, como cultura, pertencimento social e direito à cidade, e por meio de análise bibliográfica apresentar seus impactos na cidade e na sociedade brasileira. Após isso, partimos para a discussão sobre as questões mais recentes envolvendo o Estádio Maracanã, como seu processo de desestatização, com a concessão ao consórcio Maracanã S/A e a recente caducidade do contrato. O objetivo do trabalho é questionar essa escolha pela privatização e o seu processo, ponderar qual é o retorno disso para o Estado do Rio de Janeiro, que arcou com os custos de todas essas reformas para depois entregar esse patrimônio cultural à iniciativa privada, e apresentar suas implicações no comportamento e relação dos torcedores com esse novo modelo de arena, que impõe uma forma de torcer que não é compatível com o perfil dos cariocas apaixonados pelo futebol.

Palavras-chave: Estádio Jornalista Mário Filho. Maracanã. Futebol. Desestatização. Controle sobre os corpos.

INTRODUÇÃO

O Estádio Jornalista Mário Filho, popularmente conhecido como Maracanã, ou ainda carinhosamente apelidado pelos cariocas de “Maraca”, foi idealizado para ser o maior estádio do mundo e um símbolo de grandiosidade e representação do potencial do brasileiro. A construção de um novo Estádio Nacional dessa magnitude nos dá a noção da importância que o futebol e sua cultura alcançaram no Brasil.

Ao longo dos anos, o Maracanã passou por diversas pequenas reformas para melhorias pontuais, mas também por três grandes obras estruturais, que ocasionaram em drásticas mudanças no estádio. A relação entre os torcedores e o futebol, e a relação deles com o Maracanã não foi o fator principal que definiu essas reformas e nem as formas de gestão desse espaço.

A questão principal discutida é como as reformas estruturais realizadas no estádio, para a realização de megaeventos internacionais, e as mudanças de gestão aceleraram uma tendência neoliberal no futebol que visa impor um modelo importado de “arena multiuso” que intenta maximizar os lucros da iniciativa privada às custas das manifestações populares brasileiras, e como isso modifica a relação dos torcedores com o estádio e o esporte em si.

Para tanto, foram feitos estudos bibliográficos, incluindo-se artigos, dissertações, notícias e livros sobre os temas abordados, a fim de questionar a escolha de gestão desse equipamento urbano e suas implicações na relação entre o torcedor, o estádio e o futebol brasileiro.

O QUE É O FUTEBOL?

Nascido na Inglaterra, em meio ao crescimento da massa operária, o “football” era um esporte de classes mais baixas do país e, conseqüentemente, estigmatizada por grupos sociais mais privilegiados. Jogado nas ruas, em meio a locais públicos das cidades, majoritariamente por gente pobre, era repreendido por ser visto como uma coisa ralé e que sempre acabava em confusão e depredação (GUTERMAN, 2009).

O futebol, com perfil competitivo e regras, chegou ao Brasil no final do século XIX e início do século XX, através de membros da colônia britânica aqui residentes, dando destaque a Charles W. Miller, que difundiu o esporte entre seus companheiros e é visto como o pioneiro do futebol no Brasil. Podemos destacar também como disseminador do futebol - de modo organizado - Oscar Alfredo Cox, natural da cidade do Rio de Janeiro (GUTERMAN, 2009).

Diferentemente de como surgiu na Inglaterra, aqui no Brasil o futebol teve uma origem aristocrata, era uma atividade recreativa circunscrita à elite brasileira, que não via com bons olhos a participação das classes populares, principalmente negros e mestiços. Empregados de firmas britânicas

e alguns jovens das classes mais altas brasileiras, adotaram o futebol com o desejo e o objetivo de copiar os aspectos “civilizadores” da vida europeia (MASCARENHAS, 2005, p.61).

Antes de se tornar o que é atualmente, uma paixão nacional, o futebol primeiro teve que passar por uma transformação. De uma prática elitista e amadora para um esporte popular e profissional, refletindo uma verdadeira luta de classes já existente no Brasil.

O processo de popularização e ampliação do acesso ao futebol se deu pelo grande incentivo da imprensa nacional. Com o início da transmissão das partidas pelas emissoras de rádio e posteriormente pelas emissoras de televisão, o futebol ganhou mais força, despertando assíduos admiradores, praticantes e ídolos do esporte, e aumentando ainda mais o interesse pela modalidade, contribuindo para a construção do futebol como cultura, principalmente entre os públicos de massa (OLIVEIRA et al., 2015).

Outro grande influenciador para tornar o futebol uma paixão nacional foi a política. A modalidade foi um instrumento muito utilizado, na Era Vargas como veículo de comunicação política com a massa de trabalhadores urbanos então emergente e principalmente pelo regime militar brasileiro, para associar boas campanhas da seleção brasileira com a ideia de crescimento, nacionalismo e prosperidade que tentavam transmitir à população, chegando até a interferir em escalações dos times. A imprensa era utilizada como meio de transmissão desses ideais para o público, fazendo com que a população relacionasse a felicidade dos triunfos da seleção brasileira com seu cotidiano, ajudando o futebol a se tornar um elemento da cultura e um símbolo da nacionalidade brasileira (OLIVEIRA et al., 2015).

Como manifestação cultural

O Brasil é considerado o país do futebol, este esporte é tido como um grande instrumento de manifestação da cultura nacional e como marca identitária da população brasileira. O futebol está tão enraizado em nossa cultura, que muitos ainda acreditam que o esporte nasceu em nosso país. Aqui nós jogamos, ensinamos, discutimos, respiramos e exportamos futebol. É uma atividade que revela nossa arte, que expressa nossa cultura e que fala do nosso jeito de ser.

Ele se faz presente no nosso cotidiano, além de si mesmo, através da literatura, do cinema, da dramaturgia e da música. Uma das maneiras em que o futebol mais se expressa em nosso dia a dia é no vocabulário, e de uma maneira quase imperceptível (STEIN, 2015).

As expressões que nasceram nos estádios e entre os jogadores e profissionais do esporte, o conhecido “Futebolês”, foram incorporadas no linguajar comum, levando, assim, inúmeras contribuições para a linguagem coloquial do português brasileiro. Desta forma, deu-se o surgimento de uma variante linguística a partir da globalização da prática de jogar futebol.

Neologismos¹ e expressões presentes no nosso dia a dia, como “chutar”, “tirar o time de campo”, “marcar contra”, “marcação cerrada”, “tirar de letra” e “show de bola”, por exemplo, são compreendidas e utilizadas por todos os falantes do português no Brasil, mesmo que em contextos não relacionados ao mundo do futebol.

Ao longo do tempo, já com o futebol consolidado em nosso país, o que pudemos perceber foi uma adaptação da maneira de jogar, justamente por ser um esporte que faz parte da cultura, o futebol praticado pelo mundo apresenta características distintas. Aqui no Brasil, por exemplo, não jogamos o futebol comum, mas sim o famoso “futebol arte”.

A princípio, essa diferenciação surgiu com a intenção de distinguir a forma como os latino-americanos e os europeus jogavam (GOMES e SAID, 2015, p.01). Para fazer oposição à concepção do “futebol força” europeu, aos poucos, a imprensa procurou um novo conceito para o futebol brasileiro, esse seria o “Futebol Arte”, que resgata alguns elementos que formam a identidade brasileira e representam a própria latinidade, como a dança, o gingado e a sedução (MAGALHÃES, 2010, p. 132).

O jogador brasileiro inventou o drible, que além de ser uma forma de fugir do adversário também agrada pelo grau “artístico” de jogar. Essa ação é a que mais representa o futebol arte, a forma “gingada” de jogar que seria uma herança da capoeira (GOMES e SAID, 2015, p.01).

Como pertencimento social

Nosso país, marcado por uma diversidade cultural e regional muito grande, forma um palco privilegiado para o exacerbamento de conflitos sociais. Numa grande cidade, como o Rio de Janeiro, grupos sociais distintos convivem – nem sempre de forma pacífica – compartilhando espaços e atividades comuns.

Estas metrópoles, palco de disputas por poder, prestígio e status social experimentam, com frequência, dificuldades de integração por conta de conflitos gerados pela diversidade étnica, regional e cultural. Isto porque são compostas por uma legião de imigrantes vindos de várias partes do mundo e do país (HELAL, 1996).

O futebol então seria um esporte crucial que funciona como um meio para construir um sentido de coletividade do país, seja através da seleção nacional, que representa o país nas competições internacionais, seja por meio de clubes locais - da mesma cidade ou do mesmo - que ao mesmo tempo em que estimula as diferenças e rivalidades, conjuntamente integra grupos sociais distintos. E, apesar de muitas vezes a rivalidade entre os clubes da mesma cidade superar a que existe entre alguns estados, em partidas da seleção brasileira todos deixam de lado as rivalidades tradicionais locais para torcer pela representação do país. (HELAL, 1996, pg. 2)

¹ “Emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua ou não. Atribuição de novos sentidos a palavras já existentes na língua.”

É neste universo futebolístico que conseguimos observar, apesar das diferenças socioeconômicas, raciais, religiosas e regionais, pessoas se relacionarem e se transformarem em “iguais”, através de uma forma de comunicação que os leva a abraços e conversas informais nos espaços públicos e privados da cidade. Esse sentimento de pertencimento a uma nação e/ou a um clube, representada por meio de um esporte, faz com que, mesmo que momentaneamente, as distinções sejam deixadas de lado.

Como direito à cidade

O inevitável processo de popularização do futebol e sua profissionalização fizeram com que os pequenos estádios já existentes, de caráter aristocrático², se tornassem anacrônicos, gerando a necessidade de construção de novos estádios de grande porte. Estes equipamentos urbanos foram arquitetados exclusivamente para a prática deste esporte e são fundamentais para a reprodução de identidades sociais.

O futebol, além de ter os estádios - palco de disputa territorial dos torcedores - como um espaço próprio para suas atividades, acaba atuando no espaço comum da cidade. Em dias de jogo, os espaços públicos, vistos como perigosos, são transformados em espaços privados e intimistas, quando suas comemorações e manifestações sobrepujam as propriedades particulares e invadem o espaço urbano. Por exemplo, com buzinações e vozes que saem pelas janelas dos veículos embandeirados gritando canções dos times pelas ruas da cidade, além de pessoas se comunicando entre si em total excitação e frenesi ocupando os caminhos urbanos. Essas manifestações oriundas do futebol podem transformar as representações dos espaços públicos em algo mais seguro, familiar e conhecido, produzindo uma atmosfera festiva (HELAL, 1996). Esse fenômeno pode ser elucidado pela capacidade do futebol, através de sua festa, de conceber uma atmosfera de pertencimento social, mesmo com as rivalidades intrínsecas a modalidade, como citado anteriormente.

Quanto ao Direito à Cidade, podemos compreendê-lo como o acesso aos equipamentos e serviços urbanos (GRAZIA, 2002, p. 16). Além disso, segundo JACOBI (1986), quer dizer direito à vida urbana, é pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro, esse direito representa acima de tudo a possibilidade de transformar o nosso dia a dia, de forma que cada habitante possa de fato habitar e participar plenamente do espaço onde vive. As reivindicações do direito à cidade vão além do direito à moradia, há também uma demanda a favor da implementação de equipamentos coletivos públicos (BONDUKI, 1986).

Como dito anteriormente, o futebol tem a capacidade de integrar grupos sociais distintos. Isso é testemunhado fisicamente nos estádios de futebol e seus arredores, evidenciando algo que deveria

² Segundo Mascarenhas (2013, pg. 151), os primeiros estádios brasileiros eram destinados exclusivamente às elites, localizados nos bairros mais nobres. Eram equipamentos de pequeno porte, que apresentavam uma arquitetura mais assemelhada a um confortável teatro a céu aberto. Seu acesso era muito restrito.

ser característico da vida urbana: espaços de encontro e de convívio das diferentes classes e grupos sociais (LEFEBVRE, [1968] 2008, p. 22)

Com isso, podemos afirmar que o ato de usufruir dos estádios - equipamentos coletivos públicos - é parte do poder de exercício do direito à cidade. Esses são compreendidos como espaços de liberdade de expressão, de encontros e manifestação popular ativa.

A Relevância do Maracanã

Notamos então, que os estádios são microterritórios de uma cidade que traz e mantém a memória de uma comunidade, ele segue padrões que acompanham nossa história. Numa primeira fase, as construções desses estádios acompanharam o período de divulgação do esporte no Brasil, com o início das discussões sobre a necessidade das cidades construírem esses espaços. Posteriormente, numa segunda fase, passamos pelo momento de afirmação do nacionalismo e o estádio como um instrumento para tal; então há um processo de surgimento de diversos estádios em todos os cantos do país e com dimensões grandiosas que contribuíam para uma imagem do maior e melhor país do mundo. E numa terceira fase, já com um certo nível de excelência nessas produções brasileiras, temos esses estádios como referência internacional. E o exemplo mais importante e claro dessa fase é o Estádio Jornalista Mário Filho, que aparece com um espaço exclusivo para o futebol, mas que ultrapassa o esporte e serve também para o entretenimento e lazer dos indivíduos, e mostra a preocupação de estabelecer uma relação entre estádio e cidade (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015).

Bem mais que um estádio de futebol, o Maracanã tornou-se um dos símbolos -não só turístico- do Rio de Janeiro, um verdadeiro cartão postal e um patrimônio cultural da cidade. É um espaço promotor de eventos esportivos que provoca experiências concretas e subjetivas, é um lugar de memória no imaginário social brasileiro e uma imagem emblemática. Isso tudo revela que o Maracanã, ao longo do tempo, tornou-se uma marca de representação identitária para o povo carioca, que possui muita familiaridade e proximidade com esse espaço, e até mesmo para o brasileiro.

O Maracanã substancializa o orgulho que o brasileiro sente por ser o melhor do mundo em alguma seara, o futebol. Tal sentimento também se deu por toda sua promessa de construção e sua idealização como maior estádio do mundo.

IDEALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO MARACANÃ

O Estádio Municipal do Rio de Janeiro, nome originário do atual Estádio Jornalista Mário Filho, teve sua construção iniciada dia 10 de agosto de 1948 e foi inaugurado em 16 de junho de 1950, com fim definitivo das obras apenas em 1965. Projetado para abrigar confortavelmente 155 mil pessoas, o estádio foi construído nos terrenos do antigo Derby Club. Seu complexo é formado pelo

Estádio, pelo Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanzinho), pela Pista de Atletismo Célio de Barros, pelo Parque Aquático Júlio de Lamare, pela Escola Municipal Friedenreich e pelo Presídio Evaristo de Moraes.

Sua história se inicia no ano de 1938, durante a Copa do Mundo em Paris, quando o jornalista brasileiro Célio de Barros compareceu ao XXVI Congresso da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) para apresentar a candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 1942, que não foi realizada devido à 2ª Guerra Mundial, o que fez com que a candidatura do Brasil fosse relançada apenas em 1946. Com o estado de destruição dos países europeus causado pela guerra, o Brasil acabou levando vantagem e teve sua candidatura aprovada. A partir daí, surge a necessidade de o Brasil possuir um grande estádio, à altura de receber um evento internacional (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015).

As discussões e decisões acerca do novo estádio a ser construído foram fielmente transmitidas pelos meios de comunicação da época, um exemplo foi o famoso *Jornal dos Sports*, cujo proprietário, editor e cronista esportivo era um grande defensor e apoiador da construção do novo estádio, o jornalista Mário Rodrigues Filho. Após sua morte, em 1966, veio a dar o nome ao anteriormente chamado Estádio Municipal do Rio de Janeiro, isso devido a seu empenho para a construção do mesmo, já que Mário Filho lutou e acreditou no estádio e essa homenagem serviu para consagrá-lo.

Em relação ao projeto desse novo estádio, o que percebemos buscando nos diversos jornais daquela época que abordavam o tema, é que a ideia era construir um estádio grandioso, que representasse a potência do Brasil. Nesses jornais, como o citado *Jornal dos Sports*, víamos palavras como “do povo”, “nacional”, “obra majestosa”, “o maior do mundo”, “Colosso do Derby” etc. Tal abordagem contribuiu para a construção de uma representação positiva sobre esse símbolo nacional, que também mostrava a força do seu povo.

O Maracanã, graças a sua idealização, nasceu popular. Sua primeira partida oficial foi com os portões abertos aos torcedores, já tecendo uma forte ligação entre o estádio e os apaixonados por futebol. Desde seu princípio, percebia-se uma relação com a “massa” carioca. Funcionava como uma ferramenta de inclusão popular, apesar da imensa desigualdade social no país. Além disso, ele servia como um refúgio para o povo, a realidade ficava do lado de fora e os momentos de sonho do lado de dentro. Seria como uma segunda casa, um templo quase religioso.

O gigante de concreto construído em 1950, que chegou a receber o surpreendente número de mais de 180.000 pessoas, foi realmente durante muito tempo o maior do mundo. Porém, ao longo do tempo, foi sofrendo constantes reformas e diminuição gradativa do seu tamanho original. O Maracanã foi de maior estádio do Mundo a 25º classificado, segundo o site WSI – World Stadium Index³.

³ World Stadium Index (WSI, —Índice dos Estádios do Mundo em inglês) é um relatório do Instituto Dinamarquês de Estudos do Esporte (Idan) em parceria com a organização Play the Game!, que investigou 75 arenas em 20 países construídas entre 1996 e 2010 para grandes competições esportivas. A lista inclui Jogos

Reformas realizadas no estádio

A primeira reforma do Maracanã ocorreu em 1999/2000, após a confirmação da realização do Mundial de Clubes FIFA de 2000 no Brasil. A primeira mudança estética do Maracanã ocorreu nesta obra, quando a arquibancada de cimento foi coberta por assentos individuais de plástico, com a proposta de aumentar o conforto, mas acabou obrigando as pessoas a limitarem-se ao seu espaço de assento, e reduziu a capacidade do anel superior, o estádio passou a acomodar até 103.022 pessoas. Essas modificações visavam atender às normas impostas pela FIFA, como por exemplo, a segurança dos torcedores. Mas para algumas pessoas, essas alterações na verdade buscam atender uma lógica econômica que influencia e modifica até o jeito dos torcedores se comportarem no estádio (A.B.C.O. TAVARES, S.J. VOTRE, 2015). Além disso, o anel superior foi dividido em dois setores e foram criados também camarotes direcionados apenas a altas camadas da sociedade.

A vencedora da licitação para essa obra foi a construtora Varca-Scatena. O consórcio formado por OAS, Engefix, Andrade Gutierrez e Odebrecht anunciou na época que estudava a possibilidade de entrar com recurso na Justiça para contestar o resultado da licitação. Ele foi o único a se manifestar, dentre as 14 empresas ou consórcios que apresentaram propostas.

Calculada inicialmente em R\$ 52 milhões, ficou acordado que a reforma seria paga com dinheiro dos governos estadual e federal e da empresa de telefonia Telemar. O Estado entraria com R\$ 30 milhões, R\$ 15 milhões viriam do governo federal e R\$ 15 milhões da Telemar, totalizando o valor de R\$ 60 milhões. No final de tudo, a reforma chegou ao custo de R\$ 106 milhões⁴ e gestão do estádio continuou sendo de responsabilidade da SUDERJ.

A segunda reforma ocorreu apenas cinco anos depois, entre 2005 e 2007, para receber os Jogos Pan-Americanos de 2007, e ficou marcada pelo fim da Geral. No seu lugar, entraram mais cadeiras e houve o rebaixamento do gramado, foi retirado o clássico placar eletrônico e em seu lugar entraram dois telões atrás dos gols. Foram feitas, também, melhorias no Maracanãzinho. O custo total da reforma chegou a R\$ 304 milhões, tal valor foi justificado com o argumento de que o estádio já estaria pronto para receber a Copa do Mundo de 2014. Mesmo após essa nova reforma, a SUDERJ ainda continuou administrando o estádio.

Os frequentadores da Geral possuíam nome próprio, eram conhecidos como “geraldinhos”⁵. Lugar próximo ao gramado, onde os torcedores ficavam em pé, já que a visibilidade não era a melhor,

olímpicos, Copa do Mundo, Eurocopa, Copa Africana de Nações, Jogos Pan-Americanos, Jogos Asiáticos, Jogos Pan-Africanos e Jogos da Comunidade Britânica. O índice WSI é baseado no total de público dos estádios durante o ano de 2010 (em eventos esportivos ou não) dividido pela capacidade desses estádios. Os custos de construção também foram levados em conta.

⁴ FOLHA DE S.PAULO. Empresa paulista reforma Maracanã. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2809199918.htm>. Acesso em: 5 abr. 2021.

⁵ Apelidados pelo dramaturgo Nelson Rodrigues (irmão de Mário Filho), os frequentadores da Geral eram os Geraldinos e os das arquibancadas, os Arquibaldos.

mas perto dos seus ídolos. Ambiente com presença de figuras caracterizadas, cidadãos comuns, pobres e de classe média, onde torcidas adversárias confraternizavam na área mais democrática e popular do Maracanã. De valor historicamente acessível, a geral era a porta de entrada do espetáculo a muitas classes sociais. A Geral era uma possibilidade. Era um lugar para extravasar, para sonhar e deixar todas as preocupações do lado de fora, além de poder expressar sua opinião sobre o jogo e sobre os jogadores, que conseguiam ouvir praticamente tudo devido à proximidade com o campo. Ela foi fechada dia 25 de abril de 2005, e destruída pelas próprias pessoas que a frequentavam.

A última e mais recente reconstrução foi uma “imposição” da FIFA para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e as Olimpíadas de 2016 no Rio. O Maracanã ficou fechado desde meados de 2010 e teve sua reinauguração em 2013, em evento fechado para o público, apenas com convidados de honra, funcionários e seus familiares, totalizando cerca de apenas 25 mil pessoas. Segundo o projeto, o estádio entraria para o rol dos mais modernos do mundo, cumprindo cada uma das exigências da FIFA, de segurança à modernidade, passando pelo conforto dos torcedores (A.B.C.O. Tavares, S.J. Votre, 2015, pg. 263).

Essa última modificação foi também a mais polêmica. Uma delas foi o desrespeito ao tombamento⁶ do Maracanã, visto que o estádio passou por uma transformadora mudança, que causou a desfiguração desse patrimônio cultural. Esse desrespeito se deu tanto no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quanto do Município (Decreto Nº 21677/02), que por meio do Decreto Nº 36349/12 chegou a determinar o destombamento do Estádio de Atletismo e do Parque Aquático.

Outra polêmica foram as tentativas de desapropriações e remoções no entorno do estádio, evidenciando um claro processo de gentrificação⁷ na região. Um exemplo foi o caso da “Aldeia Maracanã”, antigo Museu do Índio, que fica em frente ao Estádio, espaço histórico que estava ocupado por dezenas de índios. No projeto inicial, era previsto também a demolição dos outros dois equipamentos do complexo, o Parque Aquático, e a Pista de Atletismo⁸, a ideia era construir lojas e estacionamento no lugar, o que foi definitivamente descartado com o anúncio das reformas e os consequentes protestos.

Quanto as modificações estruturais, uma delas foi a retirada da tradicional marquise -parte da estrutura tombada e que não tinha sua demolição prevista no projeto inicial- que foi substituída por lonas de teflon e fibra de vidro (bem à moda de arenas europeias), sob a justificativa de que a

⁶ DECRETO Nº 21677 DE 03 DE JULHO DE 2002. O Maracanã é o único estádio brasileiro tombado pelo Iphan. O tombamento é um instrumento criado pelo Decreto-Lei nº25, de 1937, e define o Patrimônio cultural como de interesse público, sobrepondo-se ao interesse privado.

⁷ Fenômeno que afeta uma região ou bairro de caráter popular, onde quando há a valorização da mesma, geralmente vinculado a interesses imobiliários, há a tentativa de “expulsão” da população de baixa renda. A especulação imobiliária, aumento do turismo e obras governamentais são responsáveis pelo fenômeno.

⁸ A justificativa seria a exigência da FIFA para garantir agilidade na saída dos torcedores do estádio.

cobertura de cimento anterior estava deteriorada. Essa cobertura também foi alongada, para proporcionar uma proteção melhor contra a chuva, visando proporcionar mais conforto aos usuários do espaço, uma das exigências da FIFA. Mas isso acabou reduzindo a notável curva perfeita em forma de elipse do estádio, deixando-o mais fechado, escuro, menos exposto ao sol e dependente de luzes artificiais.

Outra modificação foi a substituição e realocação de todos os assentos para prover a melhor visibilidade possível do campo, além da construção de mais camarotes, ainda mais luxuosos, e a capacidade do então conhecido como o maior estádio do mundo, com relatos anteriores de quase 200 mil pessoas presentes, foi reduzida para apenas 78 mil.

A previsão oficial do custo dessa obra foi de R\$705,6 milhões. Porém, o consórcio⁹ responsável pelas obras alegou que, por conta de problemas com a cobertura, o valor atualizado da reforma seria totalizado em R\$956,8 milhões. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou um sobrepreço no projeto, e a reforma foi reavaliada em R\$859,5 milhões¹⁰.

Ficou acordado que, desse custo total da obra, R\$400 milhões seriam financiados pelo BNDES e o restante seria pago pelo governo estadual. Não houve investimentos privados na reforma do estádio, e o montante final de recursos públicos empregados pelo governo do estado chegou na casa de R\$1,2 bilhões¹¹.

A nova lógica de torcer dos estádios modernos

Desde os anos 90 podemos observar em escala mundial, uma onda de construções e reformas de estádios, concomitantemente com o avanço da onda neoliberal nas cidades contemporâneas. Para muitos, essas reformas buscavam e ainda busca promover privatizações, elitização do espaço e o controle sobre os corpos, por meio de um processo denominado por alguns estudiosos, como Gilmar Mascarenhas (UFRJ), Irlan Simões (UERJ) e Luiz Antonio Simas, de “arenização”.

As transformações causadas por essas reformas nesses espaços podem ser lidas no contexto da produção do urbano capitalista contemporâneo, isso pelo fato do universo do futebol também ser permeado por agentes, interesses e processos externos a ele, como por exemplo o avanço do neoliberalismo¹² nas cidades (MASCARENHAS, 2013, pg. 145).

⁹ A reforma do Maracanã foi tocada inicialmente por um consórcio formado por três empreiteiras: Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta. Porém no meio das obras, a Delta, que possuía 30% de participação no grupo, abandonou o consórcio alegando dificuldades financeiras. A empresa, na verdade, encontrava-se em meio a um escândalo de corrupção.

¹⁰ Processo Nº 015.231/2011-9, ACÓRDÃO 2333/2011

¹¹ O GLOBO. TCE do Rio vê superfaturamento em obra do Maracanã para a Copa 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tce-do-rio-ve-superfaturamento-em-obra-do-maracana-para-copa-2014-21050647>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹² Entende-se, com Harvey (2007, p. 2) que “o neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de

Levando esse avanço em consideração, esses novos modelos de “arenas de futebol” radicalizam e aprofundam o sentido de cidade-mercadoria¹³, onde é imposto um valor comercial muito mais alto para a aquisição de ingressos para acessar o espaço, com restrições à comercialização de produtos de alimentação no interior dessa nova arena, diminuindo assim, a presença de agentes e serviços informais antes tradicionais na experiência do torcedor de estádio, além de uma significativa redução de sua capacidade. Notamos também o esvaziamento das manifestações tradicionais populares ligadas ao futebol, onde para garantir a plena realização da mercadoria, são impostos comportamentos mecânicos, voltados para o consumo passivo. Nesses novos estádios, sentimos uma tentativa de controle dos corpos, condicionando a circulação dos frequentadores, distanciando-os do tradicional protagonismo festivo e geralmente imprevisível dos torcedores (MASCARENHAS, 2013).

Para Damo (2007, p. 51-53), o pertencimento clubístico é uma modalidade de vínculo identitário intenso e imutável com o clube, gerador de um “segmento de público militante”, com grande engajamento emocional – condição para viver plenamente a excitação futebolística – e capaz de atitudes tidas como irracionais. Atitudes essas tidas muitas vezes como imprevisíveis e agressivas, o que não agrada a essa nova ideia de futebol como espetáculo, que geralmente opta por comportamentos previsíveis, racionais e sóbrios.

O estádio se constituiu historicamente, com a popularização do futebol, como um espaço vivido, apropriado pelos usuários, como um campo de pertencimento, de identidade e de uso popular, como já dito anteriormente. E esses fiéis usuários nem sempre querem ser apenas consumidores e passivos observadores, mas sim querem participar ativamente da festa que é torcer pelo seu clube do coração (MASCARENHAS, 2013).

MUDANÇAS DE GESTÃO

Em seu princípio, o Maracanã era um estádio de gestão pública, com entidades públicas responsáveis por sua administração. A SUDERJ (Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro) foi a autarquia estadual responsável pela administração do estádio por mais tempo ao longo de sua história, tendo as suas ações diretamente ligadas ao Estado.

Com vistas à Copa do Mundo de 2014, foi feita uma licitação para concessão do Estádio. O Consórcio, formado pelas empreiteiras Odebrecht, IMX e AEG Administração de Estádios do Brasil LTDA, ganhou o direito de administrar o Complexo Maracanã. No contrato de concessão, foi exigido que o consórcio fechasse parceria com pelo menos dois dos principais times do Rio de Janeiro. Esses

propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado a tais práticas”

¹³ Carlos Vainer (2002) define *city marketings*, o planejamento estratégico que tem como objetivo a gentrificação – que é a retirada dos pobres das áreas nobres das cidades para a inserção de pessoas com maior poder econômico – e a venda da mesma para o capital, principalmente internacional. A cidade não mais é para quem a vive e a constrói socialmente, mas para quem lucra.

foram Fluminense e Flamengo, que assinaram contrato de uso, mas sem poderem exercer exclusividade do estádio, e com uma quantidade mínima de jogos a serem realizados no Maracanã, conforme negociação entre os clubes.

Segundo Juruena (2010, pg.197), a primeira tentativa em matéria de parceria público-privada (PPP) do Rio de Janeiro foi justamente a de concessão administrativa do Estádio Maracanã. Uma consultoria apresentou um projeto pronto de gestão privada do estádio, previamente autorizada pelo Secretário de Turismo, Esporte e Lazer, por sua conta e risco. Segundo ele, não houve celebração de contrato administrativo de prestação de serviço de consultoria (que exige prévia licitação). O que houve foi o exercício da liberdade de iniciativa do parceiro privado, que assumiu o risco de produzir um estudo, que só seria pago se a administração o aprovasse e o adotasse. A Lei Federal de Concessões permite que agentes privados entreguem esse estudo pronto – levando em consideração que o processo para o Estado desenvolver tal estudo que definam as características de uma desestatização é extremamente lento –, com a condicionante de que o Estado não pagará por ele.

Esse estudo realizado e projeto de concessão apresentado por agentes privados autorizados, trata-se do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), que vem sendo largamente utilizado nos últimos anos como instrumento empregado para obtenção de estudos de viabilidade de projetos de PPP.

Segundo BELSITO (2015, pg. 235 e 252), a regra no PMI é de que os autorizados a cooperar com o Estado não podem ser impedidos de participar da licitação subsequente. E, segundo um estudo realizado por ele, 100% dos projetos em que o participante do PMI teve seus estudos escolhidos e participou da licitação, ele saiu vencedor.

É inegável que o Maracanã já passou por investidas privatizantes, como na década de 90, porém, a reação negativa de importantes setores da sociedade carioca, especialmente os mais populares, acabaram por conseguir impedir a perda de um importante patrimônio público. No entanto, com a pressão da realização da Copa do Mundo de 2014, essa resistência se tornou insustentável.

A concessão ao Consórcio Maracanã S/A

O processo de desestatização¹⁴ do Estádio Jornalista Mário Filho foi feito às pressas. O “novo” Maracanã, reformado com dinheiro público para se adequar às exigências do “Padrão FIFA”, deveria ser entregue à iniciativa privada, com o conhecido discurso propagado pela mídia que normalmente defende a privatização, de que a gestão seria mais eficiente (CASTRO, FERREIRA, 2019).

¹⁴ No processo centrado na desestatização adotado nos anos 90, almejando a redução do tamanho do Estado, estão previstos alguns meios para possibilitá-lo, como as privatizações, concessões, a terceirização, as permissões entre outros. Nessa desestatização temos a transferência temporária de um direito de exploração à iniciativa privada.

Assim, em 2013, o Governo do Estado do Rio de Janeiro concedeu em regime de Parceria Público-Privada (PPP) a gestão, operação e manutenção do Maracanã e do Maracanãzinho, por um período de 35 anos, ao Consórcio Maracanã S/A, formado pelas empresas IMX, Odebrecht e AEG Administração de Estádios do Brasil LTDA.

Nos termos do edital de licitação, a empresa vencedora deveria pagar um “aluguel”, no valor de aproximadamente R\$ 4,5 milhões anuais ao governo, durante os próximos 35 anos, com a isenção do pagamento nos dois primeiros anos. E segundo o estudo de viabilidade do empreendimento, os lucros do vencedor da licitação estavam previstos para chegar a R\$ 1,4 bilhão durante o período da concessão.

Tal contrato de concessão apresentava uma nova forma de pensar o estádio e o seu entorno, marcada agora pela exploração econômica. Um exemplo seria a previsão das Obras Incidentais¹⁵, que incluíam as demolições do Estádio de Atletismo Célio de Barros, do Parque Aquático Júlio Delamare, do antigo Museu do Índio, da Escola Municipal Friedenreich¹⁶ e do Presídio Evaristo de Moraes. No local do presídio, a concessionária deveria construir novos centros de treinamento de atletismo e esportes aquáticos, os alunos e professores seriam transferidos para uma nova escola na proximidade e um novo presídio deveria ser construído no Complexo Penitenciário Japeri.

Em troca das intervenções realizadas, o consórcio teria direito à construção e exploração comercial de dois edifícios-garagem, onde o pavimento térreo deveria dispor de lojas e serviços, com uma lógica de funcionamento independente da utilização do estádio. Segundo reportagem publicada no jornal O Globo¹⁷, somente com a exploração dessas duas edificações, a receita anual estimada girava em torno de R\$ 19 milhões

No terreno da escola, deveriam ser construídas duas quadras de aquecimento anexas ao Maracanãzinho para a utilização dos atletas que atuariam no ginásio poliesportivo durante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Terminado o megaevento, elas ficariam “livres” para usos mais rentáveis (CASTRO, FERREIRA, 2019)

Após muita mobilização popular, o governo do estado decidiu voltar atrás e manter os equipamentos¹⁸ do complexo Maracanã e a escola de pé. Mas o processo foi longo e pouco democrático por parte do Estado. Os usuários desses aparelhos esportivos, tanto atletas quanto

¹⁵ Uma série de ações e intervenções feitas pelo consórcio no entorno do Maracanã, para otimizar o uso e a operação do Complexo, no valor exigido por contrato de R\$594 milhões.

¹⁶ Entre as dez melhores instituições públicas de ensino do Estado Rio de Janeiro no ranking do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), é tida como uma escola-modelo.

¹⁷ O GLOBO. Cabral desiste de demolir Célio de Barros e diz que concessão do Maracanã está 'em suspenso'. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/cabral-desiste-de-demolir-celio-de-barros-diz-que-concessao-do-maracana-esta-em-suspenso-9327192>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹⁸ Lembrando que ambos, o Parque Aquático e o Estádio de Atletismo, eram tombados pela Prefeitura do Rio de Janeiro como Patrimônio Cultural desde 2002, mas foram “destombados” por decreto (Decreto Nº 36349/12) do prefeito Eduardo Paes em 2012, sem consulta ao órgão que havia decidido pelo tombamento.

moradores das proximidades, nunca foram consultados e demonstraram-se sempre contrários aos planos de demolição.

Importante destacar essa falta de participação popular em outras etapas do processo decisório da concessão do estádio, como exemplo a audiência pública realizada. Tal instrumento participativo é um direito constitucional que caracteriza o estado democrático de direito. Busca proteger a dignidade da pessoa humana e assegurar o exercício da cidadania (SAULE JUNIOR, 1998).

Segundo Lucia Valle Figueiredo (2007), a Lei de Licitações e Contratos número 8.666/93 é a primeira a estabelecer a audiência pública como mecanismo de participação popular. A autora destaca ainda que o procedimento licitatório não tem início com a publicação do edital e sim com a realização da audiência pública que deve definir os moldes do mesmo. Sua finalidade é permitir a participação popular no processo decisório, podendo o cidadão apresentar questionamentos e pedir esclarecimentos técnicos e financeiros sobre as obras, visando a transparência do processo administrativo. A audiência pública não pode constituir mera formalidade e sim um real diálogo com a comunidade interessada.

A audiência pública realizada em novembro de 2012 sobre a privatização do Maracanã foi marcada por protestos e tumulto durante suas 2 horas de duração. A impressão que ficou foi de que ela foi realizada por mera formalidade, visto que não houve um real diálogo entre a sociedade -que não teve sua voz ouvida- e representantes do governo. Estudantes, pais de alunos, torcedores, atletas, índios, parlamentares e cidadãos em geral da sociedade civil, totalizando mais de 500 pessoas, se mobilizaram contra os moldes do edital de licitação apresentado pelo governo do Rio e exigiram o cancelamento da audiência, já que, para eles, deveria ser discutido primeiro se a gestão continuaria pública ou seria privada¹⁹. A grande maioria dos presentes se mostraram radicalmente contrários à essa privatização e todas suas implicações, e claramente não tiveram sua reivindicação acatada.

Importante frisar também nesse processo de privatização, as diversas denúncias de corrupção e superfaturamento, não exclusivas no caso das obras do Maracanã, mas de vários outros estádios brasileiros reformados para a Copa do Mundo. A IMX, empresa de Eike Batista que faz parte do Consórcio Maracanã S/A, foi a responsável por elaborar o estudo de viabilidade econômica que serviu de base para a licitação de concessão. Levando isso em consideração, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação na Justiça, em 2013, pois no entender dos promotores, esse fato teria dado uma vantagem "indevida" ao grupo Maracanã S.A²⁰.

E além de denúncias que envolveram desde pagamentos de propina para viabilizar o edital da

¹⁹ GLOBO ESPORTE. Audiência pública sobre privatização do Maracanã é marcada por protestos. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/11/audiencia-publica-sobre-privatizacao-do-maracana-e-marcada-por-protestos.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

²⁰ AGÊNCIA PÚBLICA. Licitação do Maracanã agride interesse público, explica promotor. Disponível em: <https://apublica.org/2013/05/licitacao-maracana-agride-interesse-publico-explica-promotor/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

concessão até de tratativas para restringir a competitividade da licitação, houve também as denúncias de superfaturamento das obras de reforma do estádio, de responsabilidade de um outro Consórcio, o chamado 'Maracanã Rio 2014', formado pelas empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE, PROCESSO Nº 106.660-0/13), havia uma série de itens sem justificativa técnica ou suprimidos e substituídos com valor superior em um "jogo de planilha". Além disso, a obra apresentou falhas de instalação e construção, mesmo com um valor de investimento público tão alto²¹.

Ademais, todas essas polêmicas durante o período de obras e após a assinatura do contrato de concessão, o Estádio Maracanã, depois de passado os eventos esportivos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, ainda sofreu com um total descaso e abandono. Após o fim das Olimpíadas, o Comitê Rio 2016, que administrou o Maracanã no período do evento, devolveu o estádio ao Consórcio, que alegou que o mesmo precisaria de reparos e por isso negou a devolução. Porém, através de uma liminar, o Consórcio se viu obrigado a retomar a administração. Neste meio tempo, a falta de segurança, de manutenção, levando o gramado a um estado seco e sem vida, e até mesmo um apagão devido a dívidas milionárias com a Light, contribuíram para o quadro de degradação desse patrimônio cultural²².

A caducidade do contrato e a subconcessão do estádio

No ano de 2019, em março, o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, assinou o Decreto Nº 46.599 de caducidade do contrato de concessão do estádio ao consórcio Maracanã SA. Como justificativa para tal atitude, o governador do Rio alegou existir uma dívida de R\$ 38 milhões da concessionária com o Estado desde maio de 2017 e que tal concessão acabou gerando prejuízos ao Estado.

A caducidade se caracteriza pela ruptura antecipada por parte da administração pública em virtude de falta grave ocorrida por parte da concessionária. À luz da Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro 1995, no Art. 38, algumas hipóteses para a declaração de caducidade são; se o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço; se a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão; e se a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.

²¹ GE.GLOBO. TCE aponta Maracanã superfaturado em R\$ 67,3 mi e problemas na reforma. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/04/tce-aponta-maracana-superfaturado-em-r-673-mi-e-problemas-na-reforma.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

²² BBC NEWS BRASIL. Seis meses depois da Olimpíada, Maracanã sofre com descaso e 'apagão'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38873187>. Acesso em: 31 mar. 2021.

Ficou definido que, nos próximos 30 dias após a caducidade do contrato, o governo faria a intervenção no estádio, passando a administração dos concessionários para o governo. A administração passou a ser feita pela Superintendência de Desportos do estado do Rio de Janeiro (SUDERJ), por meio de uma permissão de uso, de até 180 dias, com o apoio da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ), dos clubes e da sociedade. Em paralelo, o governo continuou trabalhando em um novo modelo jurídico a ser celebrado futuramente.

Foi criada então, em 18 de março de 2019, uma Comissão Consultiva Estádio Jornalista Mário Filho, constituída por meio do Decreto Nº 46.599²³, tendo como propósito a elaboração de um estudo e parecer para a manutenção dos serviços essenciais do complexo.

Em abril do mesmo ano, o Maracanã foi concedido à administração de dois grandes clubes cariocas, Fluminense e Flamengo, por meio de um Termo de Permissão de Uso (TPU) provisório celebrado entre os clubes e o Governo do Estado. A validade do primeiro contrato, de 180 dias, foi de até outubro de 2019, porém segue sendo renovado²⁴ e agora tem validade até abril de 2021²⁵. Essas seguidas renovações ocorrem enquanto o governo estadual prepara o edital para o processo de licitação para uma nova concessão da administração do Maracanã.

Esse acordo de permissão de uso garante ao Estado repasses mínimos de cerca de R\$ 230 mil por mês, além da obrigatoriedade de os clubes arcarem com os custos de manutenção do estádio. Em contrapartida, as receitas oriundas das bilheteiras e dos bares em dias de jogo irão para um dos times mandantes.

Em 2020, próximo a renovação do contrato de cessão, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) emitiu um relatório da Comissão Especial de Esportes Olímpicos e de Alto Rendimento, recomendando que a concessão do Maracanã a Flamengo e Fluminense não fosse renovada, alegando haver indícios claros de transgressão e sonegação fiscal. Porém a administração continuou nas mãos dos clubes cariocas.

Em setembro de 2019, o governador finalmente publicou o edital de chamamento público para o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) relativo ao projeto de operação e gestão do Maracanã. Desde então, o Estado já rejeitou três propostas, inclusive uma enviada por Flamengo e Fluminense. As outras duas foram da LU Arenas e do consórcio RNGD, que administra o Estádio Mané Garrincha, em Brasília. Como justificativa, o governo alegou que as propostas não tinham

²³ http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?k=A3DC59CB-AC3DA-4691-A9B1-4F8E425B227F1

²⁴ Foram totalizadas três renovações do Termo de Permissão de Uso entre o Estado do Rio de Janeiro e a dupla Fla-Flu desde que os clubes assumiram a gestão do estádio, em abril de 2019.

²⁵ LANCE!. Flu e Fla renovam termo de cogestão do Maracanã até abril de 2020. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-nacional/flamengo-fluminense-assinam-termo-cogestao-maracana-ate-abril-2020.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

caráter inovadores, e em termos de valores, também não agradou ao Estado. As recomendações de inutilização das propostas apresentadas pelas empresas supracitadas foram publicadas no Diário Oficial, no dia 17 de setembro de 2020²⁶.

No início de março deste ano, 2021, o Estado publicou o Decreto Nº 47.509 nomeando as comissões técnica e especial de licitação, a primeira tem como objetivo elaborar os estudos técnicos e o edital de licitação, enquanto a segunda comissão tem como objetivo acompanhar todo o processo licitatório do complexo Maracanã. A previsão é de que o novo edital tenha conclusão no final do mês de junho, quando será disponibilizado para consulta pública, e a estimativa é de que todo o processo da concessão seja concluído até o final de outubro deste ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão principal discutida foi de como as reformas estruturais realizadas no Maracanã aceleraram uma tendência neoliberal no futebol que visa impor um novo modelo de gestão de estádio como arena, especialmente a realizada para receber a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que intenta maximizar os lucros da iniciativa privada e que acabam suprimindo as manifestações populares e tradicionais brasileiras do futebol, e como isso interfere na relação dos torcedores com o estádio.

Essa nova “Arena Maracanã” privatizada, deixou claro as mudanças pretendidas com esse novo modelo de gestão, por exemplo a do público frequentador. Os preços exorbitantes²⁷ dos ingressos de acesso e para alimentação em seu interior favoreceram essa transformação, dissociando o estádio das camadas mais populares, excluindo as classes mais pobres, tendendo ao elitismo explícito.

Além disso, pudemos perceber uma mudança no modo de torcer e assistir aos jogos nesse novo espaço. Buscando garantir a plena realização da mercadoria, é imposto um controle sobre os corpos visando eliminar ou subjugar as práticas e usos populares, em favor de comportamentos mecânicos e dirigidos, voltados para o consumo passivo. Essa nova arquitetura dos estádios aposta nesse princípio do controle dos corpos, condicionando a circulação dos frequentadores e reduzindo seu comportamento à passividade, distanciando-os do tradicional e espontâneo protagonismo festivo dos torcedores e, por vezes, imprevisíveis (MASCARENHAS, 2013).

Essa perda de identificação se deu também, em parte, por conta da descaracterização pela qual

²⁶ Publicação no Diário Oficial inutilizando as propostas apresentadas: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VW1wV1JGSIZSa0pQVkd0MFRrUIZNRkY1TURCUmEwWkNURIZHUTA5RldYUINWRmw1VFdwcmVsSkVaRWRPUIUxNA==&p=MzM=&tb=TWfYyWNhbsOjJiMwMTM7.

²⁷ AGÊNCIA PÚBLICA. Estádio só pra rico?. Disponível em: <https://apublica.org/2013/08/ingressos-disparam-nos-ultimos-dez-anos-brasil-novas-arenas-tem-precos-maiores-os-estadios-antigos-afastando-os-torcedores-tradicionais/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

o estádio, tombado como patrimônio cultural e arquitetônico, passou. Quanto ao Maracanã em si, notamos que ele passou por um infeliz abandono, enquanto o consórcio era responsável por sua gestão, operação e manutenção. Seria essa a gestão mais eficiente?

E qual é o retorno econômico dessa desestatização para o Estado? Levando em consideração todas as denúncias de superfaturamento das obras realizadas por outro consórcio, mas ainda sim custeadas pelo Estado. Dinheiro público investido para depois ser entregue aos lucros da iniciativa privada, dinheiro público “jogado no lixo”, enquanto os lucros do vencedor da licitação para gerir o estádio estavam previstos para chegar a R\$ 1,4 bilhão durante o período da concessão.

Por fim, não podemos negar que há a possibilidade de melhorias e modernização de um estádio, mas sem perder o equilíbrio entre a tradição e a lógica do mercado. Isso se daria pela possibilidade de flexibilização do “Padrão FIFA”. No caso do Maracanã, apesar das mudanças estruturais, ainda é possível, através da criação de políticas de disponibilização de ingressos mais baratos e da preservação das práticas dos torcedores que frequentam o estádio, preservar esse bem e as manifestações culturais que são referências para a população brasileira. Mesmo que nos tempos atuais seja impossível separar futebol e mercado, não podemos aceitar a imposição de um modelo de estádio pronto, importado e engessado, voltado apenas para o consumo passivo do espetáculo, que busque apenas o lucro. É preciso questionar e lembrar sempre para quem é feito o estádio, se não para os torcedores, seus fiéis e apaixonados frequentadores.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. **Licitação do Maracanã agride interesse público, explica promotor.** Disponível em: <https://apublica.org/2013/05/licitacao-maracana-agride-interesse-publico-explica-promotor/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

AUTORES, V.; SAULE JÚNIOR, Nelson. A Participação dos Cidadãos no Controle da Administração Pública. **Revista de Direito da Universidade Ibirapuera**, São Paulo, v. 1, p. 199-240, 1998.

BBC NEWS BRASIL. **Seis meses depois da Olimpíada, Maracanã sofre com descaso e 'apagão'.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38873187>. Acesso em: 31 mar. 2021.

De Grazia, G. (2002). "Estatuto da Cidade: Uma Longa História com Vitórias e Derrotas". Osório, L. M. (org.), **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras**. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor

BELSITO, Bruno Gazzaneo. **O Procedimento de Manifestação de Interesse/PMI na estruturação de contratos de concessão: exame crítico e propostas de aperfeiçoamento do instrumento no Direito brasileiro.** 2015. 316 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CALDAS, Waldenyr. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. **Revista USP**. São Paulo, v. 22, p. 41-49, 1994.

CASTRO, Demian Garcia; FERREIRA, Fernando da Costa. Os megaeventos esportivos e seus impactos no Maracanã: reformas, resistências e reconquistas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 17, p. 135-150, 2019.

DAMO, Arlei Sander. Futebol e Estética. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.15, n.03, p.82-91, 2001.

DODEBEI, Vera e WERNECK, Marcela. MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOLIÇÃO DO COMPLEXO DO MARACANÃ. **CONITER 3**. Salvador BA: UCSal, ISSN 2316-266X, n.3, v. 21, p. 47-60, 2014.

Figueiredo, L. V. (2002). Instrumentos da Administração Consensual. A Audiência Pública e sua finalidade. *Revista De Direito Administrativo*, 230, 237-250.

G1.GLOBO. **Metade dos estádios da Copa tem suspeitas de irregularidades, segundo delações da Odebrecht**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/metade-dos-estadios-da-copa-tem-suspeitas-de-irregularidades-segundo-delacoes-da-odebrecht.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GE.GLOBO. **Audiência pública sobre privatização do Maracanã é marcada por protestos**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/11/audiencia-publica-sobre-privatizacao-do-maracana-e-marcada-por-protestos.html>. Acesso em: 8 mar. 2021.

GE.GLOBO. **Flamengo e Fluminense renovam permissão de gestão do Maracanã até fim de abril de 2021**. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/fluminense/noticia/flamengo-e-fluminense-renovam-permissao-de-gestao-do-maracana-ate-abril-de-2021.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GE.GLOBO. **Maracanã: contrato exige acordo com clubes e cerca de 40 jogos por ano**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-das-confederacoes/noticia/2013/05/maracana-contrato-exige-acordo-com-clubes-e-cerca-de-40-jogos-por-ano.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GE.GLOBO. **Relatório de comissão da Alerj recomendará que concessão do Maracanã a Flamengo e Fluminense não seja renovada**. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/relatorio-de-comissao-da-alerj-recomendara-que-concessao-do-maracana-a-flamengo-e-fluminense-nao-seja-renovada.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2021.

GE.GLOBO. **TCE aponta Maracanã superfaturado em R\$ 67,3 mi e problemas na reforma**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/04/tce-aponta-maracana-superfaturado-em-r-673-mi-e-problemas-na-reforma.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

O GLOBO. **Cabral desiste de demolir Célio de Barros e diz que concessão do Maracanã está 'em suspenso'**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/cabral-desiste-de-demolir-celio-de-barros-diz-que-concessao-do-maracana-esta-em-suspenso-9327192>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GOMES, M. O. . IDENTIDADE CULTURAL E FUTEBOL: A construção da identidade brasileira no discurso midiático do Jornal Nacional na Copa 2014. In: **XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 2015, Natal - RN. IDENTIDADE CULTURAL E FUTEBOL: A construção da identidade brasileira no discurso midiático do Jornal Nacional na Copa 2014, 2015.

GUTERMAN, Marcos. **O Futebol explica o Brasil - uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo; Contexto, 2009.

HELAL, Ronaldo; GORDON, Cesar. A crise no futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. **Eco-Pós**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, p. 37-55, 2002.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 22-26, Mar. 1986. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100004&lng=en&nrm=iso>.

LANCE!. Flu e Fla renovam termo de cogestão do Maracanã até abril de 2020. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-nacional/flamengo-fluminense-assinam-termo-cogestao-maracana-ate-abril-2020.html>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LEFEBVRE, H. [1968] 2008. **O direito à cidade São Paulo**: Centauro.

MASCARENHAS, Gilmar. A mutante dimensão espacial do futebol: Forma simbólica e identidade. In: **Espaço e Cultura**, Uerj, RJ, n. 19-20, p. 61-70, 2005.

MASCARENHAS, Gilmar. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Cidades**. Rio Claro, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2013.

MÁXIMO, João. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 13, n. 37, p. 179-188, 1999.

MELO, Erick Silva Omena de; CID, Gabriel da Silva Vidal. Vida e morte do Maracanã: a batalha do estádio em dois atos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 68, p.695-719, Dec.2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000300695&lng=en&nrm=iso>.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Santos; SANTOS, Vanessa; SANTOS, Jorge Rollemberg dos; FONTES, Anderson Luan dos Santos. **Futebol e cultura brasileira**: a construção de uma identidade. Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, 2015.

PAZ, Sérgio Miranda; PELLEGRINI FILHO, Américo. **O futebol como patrimônio cultural do Brasil**: estudo exploratório sobre possibilidades de incentivo ao turismo e ao lazer. 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PPP BRASIL. **PMI e insegurança jurídica**. Disponível em: <http://www.pppbrasil.com.br/portal/content/artigo-pmi-e-inseguran%C3%A7-jur%C3%ADdica>. Acesso em: 5 abr. 2021.

STEIN, Leandro. **Como o futebol moldou a identidade cultural do brasileiro**. [S. l.], 15 abr. 2015. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/como-o-futebol-moldou-a-identidade-cultural-do-brasileiro/>. Acesso em: 8 fev. 2021

SOUTO, M. J. V. Direito Estadual das Concessões. In: **Ciclo de Estudos sobre Direito Estadual**. Direito estadual de concessões. 2008, Rio de Janeiro. (Outra).

TAVARES, A. B. C. D. O; VOTRE, Sebastião Josué. Estádio do Maracanã: dos alicerces ao colosso do derby. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 258-264, ago./2015. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1376>. Acesso em: 15 mar. 2021.

TRIVELA. **Como o futebol moldou a identidade cultural do brasileiro**. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/como-o-futebol-moldou-a-identidade-cultural-do-brasileiro/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

VERAS, M P B; BONDUKI, N G. Política habitacional e a luta pelo direito a habitacao. In: **Cidadania Que Não Temos**[S.l: s.n.], 1986.